

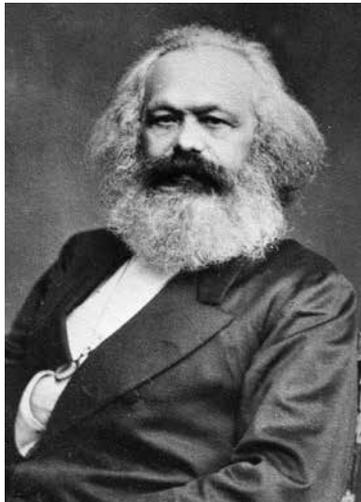
Marxismo, imperialismo e centralidade da questão nacional

Marxism, imperialism and centrality of the national question

Juliane da costa Furno*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2022.165.002>

Wikimedia Commons



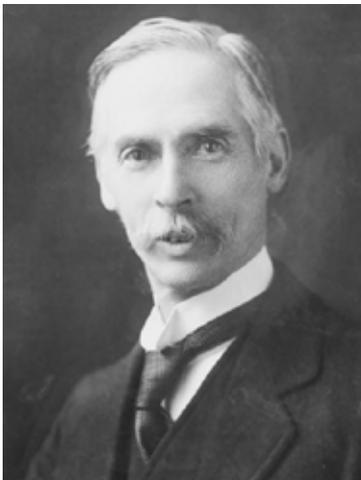
Karl Marx (1818-1883)

Wikimedia Commons



Vladimir Lênin (1870-1924)

Wikimedia Commons



John Hobson (1858-1940)

Russian Life



Nikolai Bukharin (1888-1938)

RESUMO

O presente artigo trata da relação entre o marxismo, a teoria do imperialismo e a centralidade da questão nacional para a luta dos povos situados em formações sociais dependentes, com atenção especial à América Latina. A teoria marxista enseja diversas controvérsias em relação ao conceito de nação, que é tratado — nesta reflexão — como um elemento de caráter histórico e, portanto, submetido às contradições do desenvolvimento desigual e combinado de espraiamento global do modo de produção capitalista. O tema da questão nacional e colonial foi objeto de disputa de concepções teóricas e táticas do movimento socialista desde os prenúncios da Primeira Guerra Mundial e segue como debate vivo no marxismo. Advogamos a tese de que, pela forma como o imperialismo moldou — e segue moldando — uma estrutura deveras desigual entre centro e periferia, obstaculizando o desenvolvimento autônomo e soberano dos países periféricos, a luta de classe nos países dependentes passa, necessariamente, pela afirmação da centralidade da questão nacional, como motor do desenvolvimento de conflitos que são, ao mesmo tempo, de natureza anti-imperialista e anticapitalista.

Palavras-chave: Imperialismo. Marxismo. Questão nacional. América Latina. Dependência.

ABSTRACT

This article deals with the relationship between Marxism, the theory of imperialism and the centrality of the national question in the struggle of peoples in dependent countries, especially in Latin America. As Marxist theory problematizes the idea of nation, it is necessary to make it clear that, in this text, this concept is understood as something that was historically constructed and that is subject to the contradictions of uneven and combined development created by global capitalism. The issue of nationalism in peripheral countries has generated tactical and theoretical divergences within the socialist movement since the beginning of the First World War, and this is a debate that continues to this day. In this article, we argue that the fact that imperialism has generated great inequalities between central and peripheral countries makes the national question something crucial for dependent countries, building up struggles that are at the same time anti-imperialist and anti-capitalist.

Keywords: Imperialism. Marxism. National question. Latin America. Dependency.

1. INTRODUÇÃO

A relação entre o marxismo e a questão nacional é uma questão deveras controversa. Há um conjunto de perspectivas teóricas que se apoiam em citações literais de Marx para advogar a ideia de que o construto teórico deste é incapaz de ser instrumento analítico para os anseios que caracterizam a questão nacional, pelo caráter negligente ou mesmo preconceituoso com que o autor teria tratado os povos e nações que não pertenciam às experiências centrais de desenvolvimento do capitalismo (ARICÓ, 2009).

Há no entanto, por outro lado, um contingente de intérpretes que, no intuito de se contrapor a um ponto de vista vulgar — o de que a nação e a nacionalidade seriam a essência de um povo pairando como manifestação supraclasse —, negam a validade teórica dos temas nacionalidade e questão nacional, considerando-os apenas correspondentes a uma fase de desenvolvimento da afirmação da supremacia burguesa e da consolidação do capitalismo pela via dos Estados nacionais (BERNSTEIN, 1982).

Partimos, neste artigo, da problematização de ambas as afirmações, concebendo o marxismo como uma ciência viva e em movimento, que ultrapassa os dogmas da especificidade do material bruto e se concentra na sua resultante. Dessa forma, tanto em termos das citações literais quanto do construto abstrato de uma concepção apriorística de nação, que resulta tanto da obra de Marx quanto de importantes marxistas¹, é um ferramental teórico plenamente capaz de aliar a dimensão cosmopolita do capitalismo e a internacionalização da luta dos povos com as particularidades nacionais, especialmente dos povos oprimidos, a partir do momento em que o capitalismo adentra sua fase monopolista e vê surgir a forma imperialista de ordenação da sua dominação política e econômica.

Sendo o marxismo um método de interpretação do desenvolvimento da história com base materialista, histórica e dialética e pautado no desenrolar dos fatos como produto do movimento da luta das classes, cabe a compreensão de que o Estado nacional pode ser, inclusive, produto dos povos oprimidos², assim como sua defesa em bases autônomas, uma das pautas prioritárias da luta de classes na periferia.

Dessa forma, urge relativizar as premissas essencialmente ortodoxas e realizar a análise concreta da situação concreta, o que envolve mecanismos teóricos e empíricos de análise que estabeleçam mediações entre o universal e o particular, ou seja, entre o que são as leis gerais e tendenciais de desenvolvimento do modo de produção capitalista no seu caráter generalista e o que são as formas de desenvolvimento desiguais e combinadas ao redor do globo, buscando apreender o que é próprio de nações que são capitalistas, mas que produziram um capitalismo particular em relação às experiências centrais e/ou originárias.

A questão nacional, dessa forma, é produto das contradições novas do capitalismo, que se aguçam com o desenvolvimento do imperialismo na virada do século XIX para o século XX e que irão parir novas e ressignificadas formas de dominação, que se articulam dialeticamente com a forma, por excelência, de exploração capitalista baseada na relação capital/trabalho. Lênin (2012) já havia observado com muita perspicácia que o alvorecer da era imperialista impusera uma nova dinâmica na luta de classe, inserindo a luta anti-impe-

¹ Em especial José Carlos Mariátegui, que será mais bem explorado na última parte deste trabalho.

² Em sociedades de origem colonial, alguns movimentos de luta pela independência e, portanto, de consolidação de um Estado nacional, foram obra dos próprios povos oprimidos em contraposição à força da dominação externa (PIRES, 2015).

rialista e a questão nacional e colonial no centro dos conflitos dos países submetidos à força do capital monopolista e imperialista.

Mesmo no *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx e Engels — em que pese não adentrarem a questão do nacionalismo operário ou da questão nacional — não se limitam a diagnosticar que cabe uma série de tarefas nacionais à classe trabalhadora, “já que o proletariado deve, primeiro, conquistar a supremacia política, deve se erguer para ser a classe líder da nação; deve constituir, ele próprio, a nação” (MARX; ENGELS, 1998, p. 39). Portanto, ambos os autores advogam a existência de um caráter histórico no conceito de nação e nas tarefas do proletariado. Ainda que concebam um compromisso internacionalista, uma vez que “o capital não tem pátria”, partem dos desdobramentos da luta de classe em territórios objetivos, circunscritos às fronteiras nacionais demarcadas pela burguesia.

Em seus escritos posteriores, particularmente no livro III de *O Capital*, Marx aponta — com a emergência da figura do mercado mundial — para novas contradições que foram adicionadas à leitura do desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo, ampliando o “cosmo burguês” e incluindo os países de origem colonial.

O objetivo deste artigo é refletir sobre a forma como Marx ensinou e diversos marxistas conceberam, posteriormente, a relação entre o imperialismo e a questão nacional, particularmente partindo da chave universal/particular. Advogamos a interpretação de que a questão nacional e o nacionalismo periférico não se confundem com uma acepção de construção de nação burguesa, concebida como essencial e a-histórica. Tampouco a questão nacional, em especial latino-americana, seria uma negação do caráter classista da luta dos povos oprimidos, tomando o nacionalismo como uma construção abstrata, fora da história. É no bojo do marxismo e do anti-imperialismo que a questão nacional ganha proeminência e articula as dimensões interna e externa que concorrem para a dominação de classe nos países de capitalismo dependente.

O artigo é constituído de mais cinco partes além desta introdução. Na primeira esboçamos um resgate da teoria clássica do imperialismo, apontando para os antecedentes que levaram à formação dos Estados nacionais imperialistas. Em função do escopo do trabalho e de opções metodológicas, nossa análise parte, essencialmente, da leitura de Lênin, embora Hobson e Bukharin também compareçam na análise. A segunda parte apresenta como o tema da questão nacional e colonial apareceu no bojo da II Internacional Socialista, apontando a forma como uma certa apreensão dogmática do caráter internacionalista da luta de classes obliterou a possibilidade de unidade tática em torno da defesa da autodeterminação dos povos.

A terceira parte debate a ação do imperialismo sobre os povos dependentes, caracterizando — a partir da teoria marxista da dependência — os países periféricos e dependentes como a outra face do processo de desenvolvimento do capitalismo imperialista, particularmente sob a forma econômica de reprodução dos ganhos imperialistas na região, que ocorre pelo expediente da transferência de valor.

A quarta parte é um desdobramento das anteriores e argumenta que, postas as características da fase imperialista atual e o caráter dependente das economias latino-americanas, a questão nacional é a síntese da apreensão e formação de um marxismo com características latino-americanas, que parte de contradições concretas da formação social e econômica, entendendo que as economias latino-americanas são submetidas a uma dupla e integrada exploração, de classe e imperialista. Portanto, a questão nacional se constituiu

no elemento que confere concretude aos anseios de libertação externa e interna da dominação do capital nacional e internacional. A quinta e última parte é dedicada às considerações finais.

2. IMPERIALISMO: UMA INTERPRETAÇÃO CLÁSSICA

Segundo Hobsbawm (2009), a característica mais importante do século XIX foi a edificação de uma economia mundial, marcada por uma forma de organização em que o capitalismo já aparecia como um modo de produção com tendências avançadas para a hegemonia global, desenvolvendo um sistema de comércio internacional que tendia a “derrubar” as barreiras do globo.

Anteriormente à Revolução Industrial inglesa, que marcou o fim da lenta e longa transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista em bases “plenas”, a estrutura de dominação global já existia, mas desenvolvia-se em bases distintas daquelas que vão originar o imperialismo e sua face correlata: a dependência.

A aceleração da produção e da geração de excedente vai ensejando a criação de redes mais densas de transações econômicas, que envolvem uma movimentação cada vez maior no mercado de dinheiro e na exportação de mercadorias, coroada por um célere avanço na rede de comunicações, fenômeno também já identificado por Marx e Engels, que vai constituindo as condições objetivas para o desenrolar de um comércio mundial de mercadorias e capitais, base para o florescimento do imperialismo.

Segundo Lênin (2012, p. 27): “A propriedade privada baseada no trabalho do pequeno patrão, a livre concorrência, a democracia, todas essas palavras de ordem por meio das quais os capitalistas e sua imprensa enganam os operários e os camponeses pertencem a um passado distante.” A época que decorre da grande depressão que o capitalismo viveu em fins do século XIX marca, definitivamente, o avanço para um novo estágio de acumulação, que já estava sendo gestado, mas que encontraria na crise seu local propício de nascedouro.

Marx já havia afirmado que as crises econômicas são próprias do capitalismo e que, mais do que próprias e, portanto, endógenas, elas são funcionais. As crises econômicas pos-

Advogamos a interpretação de que a questão nacional e o nacionalismo periférico não se confundem com uma acepção de construção de nação burguesa, concebida como essencial e a-histórica.

Tampouco a questão nacional, em especial latino-americana, seria uma negação do caráter classista da luta dos povos oprimidos

sibilitam o avanço para um novo e qualitativamente superior patamar de lucros e acumulação, através da desorganização do tecido social e econômico de forma momentânea. Lênin (2012, p. 52) também sustenta a mesma premissa quando afirma que “as crises — as crises de todas as espécies, sobretudo as econômicas, mas não só estas — aumentam, por sua vez, em proporções enormes, a tendência para a concentração e para o monopólio”. Para o revolucionário russo, “o surgimento do monopólio devido à concentração da produção é uma lei geral e fundamental do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo” (LÊNIN, 2012, p. 42), tal qual já adiantado por Marx.

Lênin (2012) faz o resumo da época dos monopólios elencando os seguintes pontos: a) *de 1860 a 1870*: embora os monopólios tenham sido gestados ali, ele considera ser esse o período do ápice do desenvolvimento da livre concorrência; b) *depois da crise de 1873*, vivencia-se o período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda não estão sólidos, mas vão sinalizando que não serão passageiros; c) *auge, em fins do século XIX, e crise, de 1900 a 1903*: período em que os cartéis passam a ser a base de toda a vida econômica.

Ainda segundo Lênin, data do período de consolidação dos monopólios não somente um tipo novo de capital, o capital financeiro, e uma fração de classe a ele associada, mas a emergência de uma nova política colonial, um novo tipo de colonialismo que elevará ao paroxismo as disputas e conflitos bélicos entre os Estados nacionais, com uma nova rodada de “partilha do mundo”. “É indubitável, por conseguinte, que a passagem a seu estágio monopolista, ao capital financeiro, se encontra relacionada com o acirramento da partilha do mundo.” (LÊNIN, 2012, p. 111)

Hobson (s.d.) já destacava que os anos de 1884 a 1900 foram de extrema importância para a expansão dos Estados europeus. Em fins do século XIX todos os Estados capitalistas estavam vinculados ao desafio de adquirir colônias. Anteriormente a isso, de acordo com Hobson, os principais dirigentes burgueses, tendo como exemplo o caso inglês, estavam comprometidos, paradoxalmente, com a crítica à política colonial. A mudança de perspectiva decorria do avanço dos demais países capitalistas sobre as áreas de influência externa. Pelo que sugeria a propaganda para as massas, no entanto, a justificativa para a nova política colonial repousava na positivação do que seria uma “nova política colonial”, não mais aquela dos anos pré-capitalistas, vinculada às relações metrópole-colônia, ao trabalho escravizado e a outras formas de acumulação primitiva de capitais. A justificativa agora era levar o “progresso”. Mediante a exportação de capitais, se livrariam as nações periféricas do jugo da pobreza e da privação material pela “falta” de capitalismo.

A consolidação dos grandes monopólios vai ensejar, na esteira do seu desenvolvimento e fortalecimento, novas contradições que serão resolvidas à medida que se desenvolvem outros traços marcantes do imperialismo. O elevado conglomerado de grandes empresas envoltas na disputa capitalista, com necessidade imperiosa de elevar a produtividade e, portanto, aumentar a composição orgânica do capital, vai exigir um novo padrão de financiamento da atividade produtiva, incompatível com o existente até aquele momento. Passar-se-á à exigência de uma nova forma de financiamento para a indústria de transformação, capaz de otimizar o tempo de trabalho e produzir mais mercadorias por tempo de trabalho despendido. O crédito bancário cumprirá, aqui, papel essencial.

A “reprodução ampliada de capital”, em contraposição à “reprodução simples”, necessitará de vultosos investimentos na atividade industrial, dando ensejo ao desenvolvimento de um novo tipo de capital, denominado de “capital financeiro”. Além disso, a exportação

Anteriormente à Revolução Industrial inglesa, que marcou o fim da lenta e longa transição entre o modo de produção feudal e o modo de produção capitalista em bases “plenas”, a estrutura de dominação global já existia. Gravura de Edward Linley Sambourne, “The Rhodes Colossus”, Punch, 1892



de capitais nesse processo também cumpre função primordial, na medida em que os lucros gerados por esse capital também serão drenados e reinvestidos nas grandes empresas dos países centrais, avolumando o montante disponível para novas inversões produtivas e reduzindo o tempo de rotação do capital.

Assim, o conjunto das contradições da concorrência no território nacional expande-se para fora e dá corpo ao fenômeno do imperialismo. A contradição, dessa forma, de um acelerado desenvolvimento das forças produtivas no centro e das limitações de realização interna do valor, seja pelo grau de concentração, seja pelo espaço limitado do mercado doméstico, faz surgir o imperialismo. O imperialismo, dessa forma, “representa uma categoria especificamente histórica” (BUKHARIN, 1988, p. 107).

Ao falar da política colonial da época do imperialismo, Lênin menciona que o capital financeiro e a política internacional a ele correspondente se traduzem na luta das grandes potências pela partilha do mundo. Quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais sensível é a falta de matérias-primas e mais dura se torna a concorrência. Dessa forma, mais encarniçada se torna a disputa interimperialista e mais se submetem, na nova política colonial, os povos dominados. A força do capital financeiro é tão grande e a disputa é tão fratricida que se subordinam até mesmo Estados que gozam de independência política completa, ainda que a subordinação mais lucrativa seja a dos Estados que sejam ao imperialismo completamente submetidos.

Por isso é importante notar que a política colonial da era do imperialismo origina abundantes formas *transitórias* de dependência estatal. Para esta época, são típicos não só os dois grupos fundamentais de países — os que possuem colônias e as colônias —, mas também as variadas formas de países dependentes que, de um ponto de vista

formal, são politicamente independentes, mas que na realidade se encontram enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática (LÊNIN, 2012, p. 119, grifos nossos).

Nessa toada, Lênin vai identificar não só países coloniais e países imperialistas, mas países semicoloniais — dentre os quais ele se refere à Argentina como um exemplo.

Por fim, o importante a salientar aqui é que a partilha do mundo ocorre em um período que já não é mais o período das descobertas, ou seja, em que não existem terras e países novos, mas a partilha de um mundo já partilhado. Lênin sugere que, nesse movimento, o comando dos países subordinados poderia apenas “trocar de dono”, mas, enquanto existisse o imperialismo, a independência completa dessas nações estaria deveras comprometida.

3. CONTROVÉRSIAS NA II INTERNACIONAL E A QUESTÃO NACIONAL E COLONIAL

As teorias clássicas sobre o imperialismo (de Lênin, Hilferding, Rosa Luxemburgo, Bukharin, Hobson) não somente guardam uma relação profunda com a teoria marxista — especialmente a esboçada no livro III de *O Capital* — como são produto da ação concreta dos seus principais teóricos no bojo do movimento operário e dos partidos social-democratas da época.

A busca pela apreensão rigorosa do fenômeno era ditada pela conexão estreita entre análise e desdobramentos táticos, em que o conhecimento atualizado da fase do capitalismo monopolista era subsídio para a ação política. Assim, a II Internacional Socialista, na qual se agrupavam os principais partidos social-democratas à época, foi palco de acaloradas discussões, sobretudo no que toca ao imperialismo — e à tática política do movimento operário diante da Primeira Guerra Mundial — e à questão nacional e colonial, que advinha da forma expansionista da partilha do mundo ou do avanço das potências para as “áreas externas” como expediente da corrida pela exportação de capitais.

Em fins do século XIX — em 1896 — realizou-se um congresso da II Internacional Socialista, em Londres, que, no bojo do debate sobre as possibilidades da emergência de revoluções de caráter socialista nas colônias recém-libertas, aprovou uma moção de apoio à independência de alguns territórios anexados ou coloniais, caso da Macedônia, Armênia e Cuba (GOUVEA, 2012). Em 1900, quando a emergência de um conflito bélico era apenas um prenúncio distante, mas a subjugação colonial já caminhava a passos largos, realizou-se outro congresso, em Paris, no qual foram referendadas posições duras na crítica aos intentos coloniais. Foi aprovada — de forma consensual — uma resolução de caráter anti-imperialista e anticolonialista, afirmando a defesa da autodeterminação das nações coloniais.

Os ventos começaram a soprar para outros horizontes, no entanto, no congresso realizado em Amsterdã, em 1904, durante o qual o colonialismo começa a receber um conjunto de adeptos, especialmente entre membros da social-democracia alemã, inglesa e holandesa. Eventos do início do século XX tais como a Guerra Anglo-Bôer, a Guerra Russo-Japonesa e até mesmo a Revolução Russa de 1905 indicam que aquele desenvolvimento pacífico do capitalismo monopolista estava com os dias contados.

A inflexão na correlação de forças internas, no entanto, deu-se no congresso de Stuttgart, em 1907, quando a iminência da guerra já estava na ordem do dia. O debate sobre a questão colonial, nesse congresso, foi deveras revelador: pela primeira vez um setor

da social-democracia passou, abertamente, a designar-se “social-imperialista”, afirmando poder haver um imperialismo de caráter progressista e pró-socialista.

As divergências, que estavam ainda muito mais no campo teórico, explodiram com o início da Primeira Guerra Mundial. Até então baseada no manifesto de 1907, a posição dos sociais-democratas — ainda que com divergências com relação à questão colonial — era evitar ao máximo a deflagração da guerra, empunhando bandeiras de “paz”, e, caso deflagrado um conflito bélico, aproveitar as brechas da guerra para precipitar a queda do capitalismo. No entanto, tão logo se inicia o conflito, os parlamentos — com o apoio da maioria dos membros dos partidos social-democratas pertencentes à II Internacional — alinham-se às burguesias nacionais e votam a favor dos “créditos de guerra”. Somente os partidos russo, sérvio e húngaro, além do Partido Socialista Italiano — junto com pequenos grupos de outros partidos —, permaneceram fiéis aos princípios antigamente enaltecidos pela Internacional. Lênin tachou os sociais-democratas de “reformistas”, “revisionistas” e “oportunistas”, anunciou a “falência da Internacional” e conclamou os revolucionários a se reunirem numa nova Internacional (COGGIOLA, s.d.).

Esse foi um primeiro objeto de debate na II Internacional, que reuniu o grupo dos socialistas revolucionários — liderados por Lênin e por Rosa — em contraposição à ala reformista e revisionista. No entanto, no que tange mais especificamente à questão nacional — e, em alguma medida, à colonial também —, o tema ensejou divergência nesse campo revolucionário. Rosa Luxemburgo, por motivos muito distintos dos reformistas, desde o Congresso de 1907 manifestou-se contra a moção que defendia a luta pela autodeterminação da Polônia e, mais tarde, vai travar embates nesse campo teórico, tendo Lênin como seu principal interlocutor (COGGIOLA, s.d.).

Rosa Luxemburgo, também militante do Partido Operário Social-Democrata Russo por ser polonesa — nessa época, a parte em que ela nascera na Polônia pertencia ao Império Russo —, declarava-se contrária à autodeterminação e independência da Polônia, na medida em que creditava a essa pauta um conteúdo burguês. Para ela, a independência da Polônia fazia sentido apenas no bojo das revoluções proletárias na Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia, advogando a posição de que o combate ao capitalismo precedia a luta pela independência (GOUVEA, 2012). Nas palavras da autora:

Se compreendermos por este direito [à autodeterminação] somente a luta contra qualquer violência em relação às nações, então é desnecessário um ponto especial do pro-

As teorias da dependência, em especial a teoria marxista da dependência (TMD), foram um construto original latino-americano que articulava a análise do imperialismo com a condição dependente das economias a ele vinculadas

grama, pois os sociais-democratas em geral são contra toda a violência nacional e desigualdade de direitos (LUXEMBURGO apud GOUVEA, 2012, p. 61).

Para Lênin, contrapondo-se a Rosa, o argumento dela em oposição à autodeterminação nacional polonesa, baseado no temor de “ajudar” a burguesia nacionalista da Polônia, acabava por ajudar, de fato, a burguesia russa.

Além disso, Lênin afirmava que é precisamente esse nacionalismo burguês da nação opressora o mais perigoso, por ser o que trava a democracia e a luta operária. Diz ele:

Em *todo* nacionalismo burguês de uma nação oprimida há um conteúdo democrático geral *contra* a opressão, e é exatamente este conteúdo que nós apoiamos *incondicionalmente*, excluindo rigorosamente a aspiração à sua exclusividade nacional, lutando contra a aspiração do burguês polaco de oprimir o judeu etc. etc. (LÊNIN, s.d.[a]).

Lênin foi o autor que com maior afincamento destacou a importância da questão nacional e da autodeterminação na sua produção teórica e, como desafio político, a luta pelo socialismo. Como marxista, Lênin propôs interpretar a questão nacional tal como a questão social ou qualquer outra, ou seja, no bojo da análise concreta da situação concreta, guiada pela ótica da luta de classes. Dessa forma, sua análise minuciosa da nova etapa do capitalismo e da emergência do imperialismo permitiu-lhe não “essencializar” a questão nacional em uma pauta “nacionalista” abstrata. Ele a concebia como um dos elementos que circunscreviam a luta de classes nas nações subjugadas pelo poderio do capital monopolista e imperialista.

Assim, o direito à autodeterminação — no bojo da reivindicação democrática — não poderia ser analisado à parte das contradições concretas. Afirmações do seu caráter como uma pauta essencialmente burguesa negavam os conflitos, inclusive entre frações da burguesia, que detinham capacidade de incidência sobre o proletariado e aguçavam a luta de classes no interior dele. Para tanto, Lênin (s.d.[b]) analisou os impactos que tornam distinto o conteúdo das reivindicações de caráter nacional na atual fase do capitalismo. Nas palavras do autor:

Em primeiro lugar [uma exigência incondicional da teoria marxista na análise de qualquer questão social] significa a necessidade de distinguir rigorosamente duas épocas do capitalismo, radicalmente diferentes, do ponto de vista dos movimentos nacionais. Por um lado, é a época da queda do feudalismo e do absolutismo, a época da constituição da sociedade e do Estado democrático-burgueses, em que os movimentos nacionais adquirem, pela primeira vez, um caráter de massa, fazem participar da política de uma forma ou de outra *todas* as classes da população, através da imprensa, da participação nas instituições representativas etc. Por outro lado, temos diante de nós a época dos Estados capitalistas plenamente formados, com um regime constitucional há muito estabelecido, com um antagonismo fortemente desenvolvido entre o proletariado e a burguesia, época a que se pode chamar de véspera da extinção do capitalismo (LÊNIN, s.d.[b]).

Para Lênin, a guerra imperialista fez os povos dependentes entrarem para a história e inaugurou um período em que a luta de classes nos países periféricos não pode passar ao largo da luta anti-imperialista, que passa a não ser mais uma luta entre nações, mas uma luta da classe trabalhadora global. A guerra abria essa brecha no sistema global e consolidava um

período em que as lutas de caráter anti-imperialista poderiam fazer emergir revoluções de caráter socialista nos “elos débeis” do capitalismo.

Por fim, Lênin também travará uma disputa político-teórica com Bukharin com relação à questão nacional. Bukharin também negou o caráter classista e revolucionário do direito à autodeterminação nacional, que segundo ele seria uma luta que perderia o conteúdo de classe na medida em que selava acordos com as respectivas burguesias nacionais. Lênin acusou esse discurso de compatível no plano das ideias, mas fantasioso na realidade. “Quero reconhecer apenas o direito das classes trabalhadoras à autodeterminação”, diz o camarada Bukharin. Ou seja, você deseja reconhecer algo que não foi alcançado em um único país, exceto na Rússia. Isso é ridículo.” (LÊNIN, s.d.[c], tradução nossa)

Na mesma referência a Bukharin, que ocorre no âmbito da construção do programa do socialismo real russo, Lênin avalia que não se deve falar apenas em autodeterminação “dos trabalhadores”, e sim do que realmente existe, a saber: a autodeterminação nacional. E defende a redação do programa tal como estava escrito e levado à apreciação do plenário:

Visto que as nações estão em diferentes estágios no caminho do medievalismo à democracia burguesa e da democracia burguesa à democracia proletária, essa tese do nosso programa está absolutamente correta. Conosco, houve muitos zigue-zagues nessa estrada. Cada nação deve obter o direito à autodeterminação, e isso tornará mais fácil a autodeterminação dos trabalhadores (LÊNIN, s.d.[c], tradução nossa).

Em síntese, a questão nacional e colonial ensejou uma série de debates que são inaugurados na teoria clássica e serão continuados, de forma velada ou mais discreta, nos demais temas e autores que atualizam e debatem o imperialismo na sua forma contemporânea.

4. IMPERIALISMO E DEPENDÊNCIA: A PERIFERIA CAPITALISTA

A teoria do imperialismo e seu diagnóstico sobre as relações internacionais, no entanto, careciam de uma complementação, visando caracterizar a outra face do imperialismo, a saber: as economias por ele exploradas, as dependentes, que lograram uma função primordial na sua viabilização histórica. Para Amaral (2012), ainda que Lênin, Bukharin e tantos outros já tenham apontado as bases da dependência,

eles se limitaram a mera (mas não pouco importante) contestação dos fenômenos, sem um maior aprofundamento do ponto de vista categorial [...]; a] proposta da teoria marxista da dependência era, então, a de compreender e analisar os efeitos do processo de internacionalização na estrutura interna dos países considerados periféricos (AMARAL, 2012, p. 27-28).

Portanto, as teorias da dependência, em especial a teoria marxista da dependência (TMD), foram um construto original latino-americano que articulava a análise do imperialismo com a condição dependente das economias a ele vinculadas. A TMD recupera de Marx a base de operacionalização do modo de produção capitalista e avança para a compreensão de que as economias dependentes são um desdobramento próprio da lógica de funcionamento da economia capitalista em termos globais.

Diferentemente da percepção simplista de que desenvolvimento e subdesenvolvimento partem de uma substância em comum, a TMD julga que desenvolvimento e subde-



Vendedor no mercado de horticultores do Funchal, na Ilha da Madeira (maio, 2021).

A industrialização nos países centrais não poderia ter acontecido se estes não contassem com meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos

envolvimento são constitutivos de uma mesma unidade dialética. Assim, eles são antagônicos, por constituírem situações distintas, mas são complementares, porque fundamentados em uma mesma lógica de acumulação. Ou seja, o desenrolar do modo de produção capitalista em escala global dá origem a dois tipos de economia, que se desenvolvem em ritmos distintos um do outro.

De uma perspectiva da totalidade, Marini (2005), em “Dialética da dependência”, argumenta que, caso não houvesse essa interdependência, o desenvolvimento dos países centrais teria sido realizado em bases estritamente nacionais. Como o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, a especialização produtiva, que gerou um salto no desenvolvimento das forças produtivas, ocorreu a partir da forma como se operou a divisão internacional e o fornecimento de produtos dos países latino-americanos — em um primeiro momento, com base na acumulação primitiva de capitais, e, em segundo momento, em bases plenamente capitalistas. Nas palavras do autor,

não poderia [a industrialização nos países centrais] ter acontecido se estes não contassem com meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas (MARINI, 2005, p. 142).

Além disso, Marini sugere que as funções que a América Latina cumpriu no bojo da internacionalização da economia capitalista foram mais que uma mera resposta a esses requisitos de indução da acumulação nos países centrais. Para ele, além de facilitar o crescimento quantitativo dos países do centro — com base no fornecimento dos produtos primários —, a participação das economias latino-americanas foi fundamental no que tange à modificação do eixo da acumulação industrial global, que se deslocou da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa. Ou seja, a acumulação passou a depender mais do aumento da capacidade produtiva no centro do que da exploração física da jornada do trabalhador. “A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigên-

Tanto Bolívar como José Martí não somente identificaram o nascente imperialismo do seu tempo como compreenderam que o projeto internacionalista de libertação da América Latina passava por um conjunto de pautas que mobilizavam, dialeticamente, o nacionalismo e o internacionalismo

cias da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais.” (MARINI, 2005, p. 145)

A dependência representa uma situação em que um dos polos dessa relação — a periferia — tem seu desenvolvimento e expansão condicionados pelo centro, enquanto os países não dependentes têm a prerrogativa de expandir-se de forma autossustentada. Como são “reflexas” do centro — ainda que possam assumir formas de relativa autonomia interna —, a essas economias só restaria a possibilidade de transitar entre distintos graus de dependência. A base da sustentação dessa premissa está no desenvolvimento de nações que se tornaram capitalistas no bojo da hegemonia da fase monopolista e imperialista do capitalismo.

A proposta da TMD, portanto, era compreender e analisar os efeitos desse processo de internacionalização não de modo geral, já bastante teorizado pelos marxistas progressos, mas enfocando a estrutura interna dos países considerados periféricos. Segundo Marini, a TMD trata da relação entre nações formalmente independentes, mas que seguem um padrão em que as relações de produção e a condição de dependência vão sendo modificadas e recriadas com o transcurso histórico, como forma de assegurar a reprodução ampliada do capital em uma situação de dependência (MARINI, 2005).

Os teóricos da TDM, dentre os quais aqui nos concentramos em Marini, por ser o que julgamos mais representativo daquele conjunto, nos legaram uma interpretação original que avançou nas mediações entre particular e universal. Assim, para eles, a dependência é um conjunto de determinações concretas que precisam ser apreendidas, dialeticamente, no que elas têm de universal — por serem parte do modo de produção capitalista, com suas leis gerais e tendenciais — e, particularmente, como uma formação social que se torna capitalista, segundo Fernandes (2005), a partir de uma via “não clássica” de desenvolvimento —, com determinações internas que produzem e reproduzem o capitalismo dependente. O universal e o particular não existem excluindo-se, pelo contrário, são parte da mesma totalidade concreta. O capitalismo *sui generis* a que se referia Marini não responde a um capitalismo menos capitalista ou não plenamente desenvolvido como tal. O capitalismo dependente não representa uma falta de capitalismo. A dependência é uma

forma propriamente capitalista de subordinação internacional, diferentemente da dominação colonial. Ou seja, é um tipo particular, uma estrutura própria do modo capitalista de produção e reprodução.

A análise da dependência nessa corrente interpretativa confere centralidade ao principal mecanismo que atualiza o imperialismo e suas relações com os países a ele submetidos. Esse mecanismo se caracteriza pelo fato de uma parte do mais-valor produzido pela economia dependente não ser apropriado por ela endogenamente, mas ser transferido às economias centrais, passando a integrar a dinâmica da acumulação de capital dos países imperialistas, em detrimento da periferia.

Em um rigoroso esforço metodológico com base na análise da concorrência compreendida por Marx, Marini nota que a transferência de valor obedece aos diferenciais de produtividade do trabalho empregado por distintas estruturas de composição orgânica do capital entre os países centrais e os dependentes. Assim, considerando-se o processo social de produção de mercadorias e com base na teoria do valor, cada um dos capitais possui valor individual distinto, e tanto menor quanto maior for a produtividade e a composição orgânica do capital. Como as mercadorias obedecem à lei do valor, mas são vendidas pelo valor no mercado (o preço de produção) —, os capitais com produtividade acima da média vendem suas mercadorias pelo valor de mercado, desviando-se dos valores para cima do preço de produção, e assim se apropriam de um *quantum* de mais-valia para além daquela que eles mesmos produziram.

Em função do tipo de colonização e da obstrução do desenvolvimento progresso dos países latino-americanos, as economias dependentes possuem capitais que operam com produtividade abaixo da média, o que as leva a produzir mais valor do que aquele de que conseguem se apropriar. Esse desnível de produtividade é um primeiro mecanismo de transferência da mais-valia produzida nos países dependentes e apropriada pelo centro.

A segunda forma de transferência de valor tem relação com o processo de concorrência entre ramos distintos da produção, que reflete a entrada e saída (livre mobilidade) de capitais nessas diferentes esferas, de acordo com a composição orgânica do capital e os diferenciais de taxa de lucro. Porém, na concorrência, esses capitais tendem a buscar uma equalização, em que os ramos menos produtivos transferem mais valor aos mais produtivos, na medida em que os preços de produção são maiores nos menos produtivos. Marini relaciona esse mecanismo ao monopólio da produção de mercadorias com maior composição orgânica do capital pelos capitais sediados nos países centrais.

A terceira forma de transferência de valor, que é mais bem sistematizada por Carcanholo (2013), deve-se ao elevado grau de monopólio de que certos capitais dispõem em ramos específicos de produção. Quando determinados capitais têm um grau de monopólio razoável em seus mercados específicos, eles podem sustentar, de forma temporária, volumes de produção abaixo da demanda e, portanto, cobrar preços de mercado superiores ao valor. Dessa forma, esses capitais podem apropriar-se de um lucro acima do médio, ou seja, uma massa de mais-valor apropriado além daquele que foi produzido.

A síntese é que os países dependentes, que são dotados de menores incrementos de produtividade, ao produzir e vender suas mercadorias, transferem valor para o centro. Não se trata, dessa forma, de industrializar, uma vez que essa industrialização ocorre, nos países dependentes, com produtividade menor, de modo que ela não é condição suficiente para romper a dependência.



Operário em linha de produção da indústria têxtil. O Brasil, com sua produção industrial e suas *commodities*, faz parte do rol de emergentes na economia mundial

As trocas desiguais no comércio internacional também contribuem para dirimir a tendência de queda da taxa de lucro, elemento já tratado por Marx no livro III de *O Capital*. Com o fornecimento de produtos agrícolas com menor preço no mercado internacional, há um menor dispêndio do capital constante das unidades produtivas centrais, expresso pelo menor valor das matérias-primas, além de a maior oferta de alimentos contribuir para reduzir o valor da força de trabalho nos países centrais. Em virtude da transferência dos recursos da periferia para o centro, o comércio internacional também contribuiu para frear a tendência de queda da taxa de lucro:

É mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão (MARINI, 2005, p. 148).

Portanto, além do elemento político que diz respeito ao fato de o imperialismo não poder prescindir da influência decisiva de áreas a ele subjugadas, estreitando as margens de manobra de qualquer Estado nacional periférico que alce voos rumo ao exercício da sua soberania política, o imperialismo tem um componente econômico, que se expressa nas formas — cada vez mais modernas, atualmente por via das cadeias de valor-trabalho — de garantir que o excedente produzido nos países dependentes seja drenado para o centro, causando problemas de acumulação e realização nos países periféricos.

5. IMPERIALISMO, ANTI-IMPERIALISMO E A QUESTÃO NACIONAL LATINO-AMERICANA

Postas as análises anteriores — a saber: a nação é produto de contradições concretas e se desenvolve de forma distinta conforme se trate de centro ou periferia; a questão nacional e colonial era tida por Lênin como decisiva, sobretudo na sua interpretação acerca da luta de classes nos países periféricos; o caráter dependente das economias subordinadas à ação do imperialismo, a fazer com que o próprio desenvolvimento de um capitalismo tal

Foi através da “questão nacional”, da necessidade de libertar-se da dominação externa imperialista e de fundar nações autônomas, que foram movidas todas as revoluções no nosso continente

qual ocorrido no centro seja obliterado pela força extratora do movimento de transferência de capitais —, afirmamos que a “questão nacional” não apenas dita o conteúdo anti-imperialista das lutas populares latino-americanas, mas também conforma o caminho de edificação da luta anticapitalista e socialista na América Latina. Essa afirmação baseia-se na observação não somente da central categoria marxista de formação social e econômica, mas da experiência pregressa das revoluções triunfantes no continente.

Dessa forma, partimos da premissa, concebida nos marcos do marxismo, de que a questão nacional ou da libertação nacional é o elemento que move as lutas anti-imperialistas na

América Latina. Desde as lutas de independência, o elemento nacional aparece imbricado na defesa dos interesses do povo explorado. Simón Bolívar, um dos grandes expoentes das lutas de independência da América Latina, já observava que o nascente imperialismo estadunidense constituía um entrave para o desenvolvimento e a realização das potencialidades da América Latina. Nas palavras dele, “os EUA pareciam destinados pela Providência a encher de misérias o continente em nome da liberdade.” (BOLÍVAR, 2015, p. 131)

Tanto Bolívar como José Martí não somente identificaram o nascente imperialismo do seu tempo como compreenderam que o projeto internacionalista de libertação da América Latina passava por um conjunto de pautas que mobilizavam, dialeticamente, o nacionalismo e o internacionalismo. Nacionalismo, porque partiam dos anseios das reivindicações populares de formações sociais particulares, e internacionalismo, porque compreendiam que o inimigo era o mesmo e os subjugava de forma global. Nas palavras de Fernando Heredia, um grande expoente da consolidação da Revolução Cubana, “internacionalismo significa, antes de tudo, libertação nacional da dominação estrangeira imperialista e, conjuntamente, solidariedade, união estreita com os oprimidos das outras nações” (HEREDIA, 2007, p. 36).

A particularidade das formações sociais latino-americanas é que, embora capitalistas, são tributárias de um capitalismo dependente, um arranjo próprio que é “produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia” (SAMPAIO JR., 1999, p. 131). Nesse sentido, pelas características do capitalismo dependente e de um arranjo específico de dominação autocrática das burguesias nacionais, no desenrolar desse movimento que empunha a bandeira da questão nacional e democrática, o horizonte anticapitalista e socialista apresenta-se com uma dimensão só, na medida da impossibilidade de concretizar as tarefas nacionais e democráticas nos marcos do capitalismo.

Dessa forma, compreender qual a questão nacional na América Latina passa, necessariamente, por compreender a particularidade da inserção da região no capitalismo inter-



Na imagem principal, *Batalha de Boyacá* (1890), óleo sobre tela de Martín Tovar y Tovar. Esse movimento garantiu, em 1819, a libertação de Nova Granada por parte de Simón Bolívar (no detalhe, em óleo sobre tela de Arturo Michelena, 1888)

nacional. Assim, se para os países de capitalismo central, desenvolvidos, que foram palco de uma radical revolução burguesa e nacional e que tiveram seu desenvolvimento econômico baseado na industrialização e na generalização da proletarização assalariada, falar em nacionalismo ou em questão nacional é uma abstração histórica, para os países da periferia o cenário é a pauta principal. Segundo Mariátegui,

O nacionalismo das nações europeias, onde o nacionalismo e o conservadorismo se identificam e se consubstanciam, se propõe fins imperialistas, sendo reacionário e antissocialista. Mas o nacionalismo de povos coloniais, sim, coloniais economicamente, ainda que se vangloriem de sua autonomia política, tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nesses povos o nacionalismo é revolucionário e, portanto, conclui-se no socialismo. Nesses povos a ideia de nação não cumpriu ainda sua trajetória nem esgotou sua missão histórica (MARIÁTEGUI, 2005, p. 250).

Diferentemente das nações de capitalismo central e imperialistas, que no transcurso da sua revolução burguesa realizaram uma revolução nacional, nos movimentos de independência latino-americanos — sobretudo no Brasil — as consignas típicas da revolução burguesa foram deturpadas, e aqui se desdobrou um processo de generalização do capitalismo em conluio com a manutenção do “atraso” e com a dependência. Dessa forma, as aspirações da modernidade capitalista — que se processou no centro — aqui não foram realizadas, em processos de independência que alijaram a participação popular. No entanto, aquelas aspirações de liberdade, igualdade, desenvolvimento e democracia não desapareceram das aspirações nacionais e, ao não poderem ser realizadas pelas burguesias nacionais, aparecem retransmitidas para as gerações posteriores e no conteúdo dos movimentos anticapitalistas e anti-imperialistas de libertação nacional como reivindicações nacionais, traduzidas especialmente na luta por direitos democráticos e pela reforma agrária (PIRES, 2015). Assim, o vazio da questão nacional, tanto na independência quanto no processo de constituição do

Estado, fez com que a questão nacional na América Latina se tornasse um tema próprio da luta popular (PIRES, 2020).

Não somente na América Latina, mas na quase totalidade das nações subjugadas pela força do imperialismo, destaca-se o “potencial revolucionário e socialista das lutas de libertação nacional” (AMIN, 1987, p. 210). A prova empírica desse caráter é que “a reação do imperialismo aos movimentos de libertação nacional coloca [sic] em evidência que o caráter nacional e democrático dessas lutas é necessariamente anticapitalista” (PIRES, 2020, p. 109).

A “questão nacional”, em síntese, é o elemento prioritário do programa da revolução socialista nos países de capitalismo dependente, subdesenvolvidos e “atrasados”. A questão nacional é a bandeira principal da revolução nessas formações sociais dependentes do imperialismo, portanto, em completa sintonia com uma concepção de marxismo vivo. É pela questão nacional que se expressam as principais contradições que movem a disputa política e econômica entre as classes dominadoras e as classes dominadas. Se para os países de capitalismo desenvolvido a principal contradição é entre os explorados e os exploradores — do ponto de vista dos detentores ou não dos meios de produção —, para os países dependentes ela é análoga à bandeira da questão nacional, uma vez que a luta contra a exploração pela burguesia nacional não se separa da exploração do capital internacional sobre essas formações sociais dependentes.

Tanto Fernandes (2005) quanto Prado Júnior (1972) sustentaram que a revolução nacional, no primeiro, e a revolução brasileira, no segundo, articulam um conteúdo que imbrica — em um mesmo e ininterrupto processo — pautas estruturais de reformas na perspectiva revolucionária, demonstrando que uma certa apreensão dogmática e apriorística do marxismo foi incapaz de perceber que a reforma e a revolução não necessariamente se separaram nas formações sociais dependentes.

Mesmo quando diversos movimentos populares, intelectuais e revolucionários latino-americanos utilizam a palavra *povo*, de forma alguma ela expressa uma uniformidade que enseja uma perspectiva de abarcar um universo supraclasse. As palavras, fora da abstração conceitual, adquirem o conteúdo dado na própria construção política concreta. Fidel Castro, em “A história me absolverá”, elaborou o conceito de *povo cubano* como categoria de análise teórica e estratégica, não somente no campo da agitação, a partir do que representa essa expressão em um país com o legado de uma questão nacional não resolvida, e com o qual as burguesias insistem em não se identificar. Dessa forma, a questão de classe é uma leitura teórica que se expressa no concreto, e no caso da América Latina a questão de classe não sobrevive no vazio conceitual, e sim em uma manifestação concreta, que aparece na imbricação da questão social na questão nacional.

Ou seja, enfrentar o imperialismo, na prática, significa enfrentar duplamente a burguesia (do ponto de vista externo e interno). Com isso, a prática política das lutas de libertação nacional na América Latina vai ensejando os contornos da luta de classe pelos interesses concretos que estão em jogo, quais sejam: os trabalhadores, da classe dominada, necessitam construir uma nação para si, autônoma e soberana, para poderem aspirar a sair da pobreza absoluta; por outro lado, a burguesia e demais representantes das classes dominantes necessitam do aval e da fiança da dominação imperialista para poderem se sustentar internamente.

Sobre isso, Florestan Fernandes identificou uma *dupla articulação* sob a qual vive a burguesia brasileira. A primeira dessas articulações é o capital externo. A partir da sua dependência e subordinação a ele, a burguesia não pode levar adiante um projeto autôno-

As lutas por reformas estruturais (dentro da ordem), na medida da impossibilidade da sua consecução no capitalismo dependente sob a alcunha do imperialismo, se levadas até o fim pelos movimentos populares, cedem lugar à luta contra a ordem

mo e radical de desenvolvimento econômico, mesmo que isso aumentasse as suas taxas de lucro interno. Por outro lado, ela não pode avançar no desenvolvimento e industrialização interna porque isso a colocaria em contraposição ao imperialismo, e se este não seguir sendo seu sustentáculo, ela sucumbe enquanto classe dominante. A burguesia só sobrevive internamente porque recorre frequentemente ao uso da força, e para isso conta com a ajuda do imperialismo. Caso contrário, a sublevação das massas lhe daria uma cartada final.

Para Prado Júnior (1966), a revolução brasileira é a transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã, ou seja, a superação do essencial do passado — a profunda subordinação e vinculação aos negócios capitalistas internacionais e o regime social baseado na segregação. Isso passa por afirmar uma sociedade nacional em função dos nacionais contra o imperialismo, uma espécie de nova — e verdadeira — independência. A história das revoluções socialistas mobilizou o sentimento nacional de cubanos e vietnamitas, por exemplo. A questão das nacionalidades foi decisiva na Revolução Russa. Hoje, a Revolução Bolivariana significa defender a Venezuela da agressão do imperialismo, e lá as multidões envergam sua bandeira nacional e se vestem de vermelho para defender as conquistas dos últimos anos.

Ou seja, foi através da “questão nacional”, da necessidade de libertar-se da dominação externa imperialista e de fundar nações autônomas, que foram movidas todas as revoluções no nosso continente. Segundo Pires (2015), em busca de resistir ao estrangulamento da soberania das nações latino-americanas, o movimento de libertação dos povos é portador de um conteúdo universal de emancipação, na medida em que seu movimento de libertação é necessariamente um confronto com o imperialismo. Desse modo, uma luta de libertação nacional carrega a luta anticapitalista e é determinada por ela.

Florestan Fernandes, quando identifica os movimentos de luta “dentro” e “fora” da ordem, não os define por um conteúdo etapista, tampouco sugere que a revolução dentro da ordem seja possível nos marcos do capitalismo, enquanto a fora da ordem adquiriria conteúdo revolucionário. Pelo contrário. Para Fernandes, “a revolução dentro da ordem” se articula e se confunde com a “revolução contra a ordem”. A desagregação do Estado burguês é fatal.

Perdido ou anulado pela maioria da população o esteio da violência institucional encarnada, ele desaba. Os que sempre foram tratados como “inimigos da ordem” e sempre

foram excluídos da sociedade civil só acham uma saída: construir uma ordem social própria e uma sociedade civil transitória, que ligue a revolução nacional-democrática e anti-imperialista à emergência e à vitória do socialismo (FERNANDES, 2009, p. 20).

Dessa forma, as lutas por reformas estruturais (dentro da ordem), na medida da impossibilidade da sua consecução no capitalismo dependente sob a alcunha do imperialismo, se levadas até o fim pelos movimentos populares, cedem lugar à luta contra a ordem ou fora dela, em um processo ininterrupto em que a classe trabalhadora esbarrará nas contradições próprias da sociedade de classes e do capitalismo dependente. Segundo Pires (2015), esse processo de avanço das reformas e direitos altera a correlação de forças, criando uma situação de impasse quando se vislumbra objetivamente no horizonte de luta a superação da dominação do Estado e da sociedade de classes pela retomada dos meios de produção, esforço esse propriamente de um processo de revolução socialista.

Fernandes (2007), quando examinou a maior experiência de revolução socialista latino-americana — a Cubana —, afirmou que “pela primeira vez na história da América Latina uma revolução nacional deixaria de dissociar o elemento nacional do elemento democrático e, ao vencer, a ideia de nação arrasta com ela a construção de uma ordem democrática inteiramente nova e socialista” (FERNANDES, 2007, p. 11). Para Pires (2020), devido a uma revolução que triunfou, a Cubana, as aspirações profundas dos povos latino-americanos entraram na história em uma revolução socialista de libertação nacional. Essas elaborações tiveram um salto de qualidade com uma revolução que triunfou em 1959 relacionando a questão da libertação nacional ao anti-imperialismo, à participação popular e à transição para o socialismo.

Por isso, acreditamos que o programa da revolução é o da questão nacional, que envolve: a *questão da libertação nacional* — ou seja, da soberania política e independência econômica; a *questão do desenvolvimento* — que envolve a necessidade de avançar no desenvolvimento econômico e esgaçar esse universo de contradições com o imperialismo; a *questão democrática* — que envolve democratizar a política e enfrentar a cultura do autoritarismo; e a *questão de classe* — que perpassa todas as outras, com relação ao sujeito que move e dirige todo esse processo.

Não se pode atingir o socialismo senão pela via da revolução democrática anti-imperialista, mas tampouco se pode consumir a revolução democrática anti-imperialista sem atingir o socialismo. De maneira que entre ambas há uma ligação essencial indissolúvel, são facetas de uma única revolução, e não de duas revoluções (PIRES, 2015).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos demonstrar a relação entre o marxismo, o imperialismo e a questão nacional, sobretudo como pauta que alia a luta dos povos oprimidos pela força do capital imperialista aos anseios de concretização das tarefas democráticas de natureza socialista, especialmente nas experiências latino-americanas.

A nação e o nacionalismo ainda são tratados de forma a-histórica em parte substancial da literatura marxista de natureza mais ortodoxa, o que limita a potência dessa ferramenta analítica para lidar com a forma particular e desigual com que se generalizou o modo de produção capitalista ao redor do globo.

Se desde o início do século XX a questão nacional e colonial já constituía elemento controverso no movimento internacional dos trabalhadores, as transformações pelas quais passou o capitalismo na sua fase imperialista não deixam dúvida de que o imperialismo não era uma política, senão a fase própria do capital monopolista, com tendência a se perpetuar reproduzindo um padrão internacional de desigualdades e exploração. O movimento de transnacionalização do capital, advindo da acirrada disputa intercapitalista dos anos 1950 e 1960, abriu um caminho sem precedentes para a exportação de capitais e o acirramento da dependência dos países periféricos, ainda que nessa etapa o imperialismo atuasse sob uma forma de transferência de capital industrial.

Atualmente, o imperialismo atua no sentido oposto, postas as transformações em curso desde a década de 1980, em que cabe à periferia uma nova rodada de expropriação da produção agrícola e mineral. Dessa forma, os países periféricos foram perdendo as formas de autonomia relativa com que puderam transitar no período progresso e vivem uma nova rodada de submissão aos propósitos espoliativos do imperialismo.

Dessa forma, em função do caráter dependente e das relações estreitas entre as burguesias nacionais e as burguesias imperialistas, a questão nacional é alçada a elemento central da luta anti-imperialista, em que a defesa dos interesses nacionais e da soberania política e econômica é um dos principais motores da luta de classe, com potencialidades deveras revolucionárias.

Portanto, urge que o marxismo seja ferramenta de análise concreta da situação concreta, identificando as contradições exatas que movem a luta de classe nos países dependentes. Apresentamos aqui, a título de conclusão, a importância de avançar na mediação de um marxismo e de uma leitura da atuação do imperialismo que parta das determinações concretas da atuação do capital na periferia, bem como da movimentação dos anseios da luta de classes sob o prisma dos interesses da classe trabalhadora.

A questão nacional, a libertação nacional e o anti-imperialismo são as pautas que articulam as dimensões e os anseios de realização da nação e, em função do caráter das burguesias nacionais, só podem ser obra daqueles verdadeiramente nacionalistas, com compromisso de afirmação dos interesses da soberania nacional, o que opõe as classes sociais em uma dimensão que ataca as classes dominantes, dialeticamente, nos dois *fronts* de atuação: interno e externo.

* Mestre e doutora em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp) e economista-chefe do Centro de Estudos de Economia (CEE) do Instituto para a Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE). *E-mail*: julianefurno@gmail.com

► Texto recebido em 17 de julho de 2022; aprovado em 5 de agosto de 2022.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. 2012. Tese (Doutorado em Economia) — Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMIN, Samir. **Imperialismo e desenvolvimento desigual**. São Paulo: Vértice, 1987.

ARICÓ, José. **Marx y América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.

BERNSTEIN, Eduard. **Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia**. México, DF: Siglo XXI, 1982.

BOLÍVAR, Simón. **Independência e unidade latino-americana**: escritos políticos. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, jan.-abr. 2013.

COGGIOLA, Osvaldo. **A guerra mundial, a cisão socialista e as origens da Internacional Comunista**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3075475/mod_resource/content/0/Origens%20da%20Internacional%20Comunista%20%20Osvaldo%20Coggiola.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009.

_____. **Da guerrilha ao socialismo**: a Revolução Cubana. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GOUVEA, Marina Machado. **Imperialismo**: aproximação ao debate marxista sobre a caracterização do capitalismo na virada para o século XX. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) — Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

HEREDIA, Fernando. A estratégia política do imperialismo. In: SEMINÁRIO ESTRATÉGIAS DO IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 1., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Cepis, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

HOBSON, John A. Imperialism: a study (1902). **Marxists Internet Archive**, s.d. Disponível em: <www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. O “praticismo” na questão nacional. In: _____. Sobre o direito das nações à autodeterminação (maio de 1914). **Marxists Internet Archive**, s.d.[a]. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap02.htm#i4>. Acesso em: 6 ago. 2022.

_____. Que é autodeterminação das nações?. In: _____. Sobre o direito das nações à autodeterminação (maio de 1914). **Marxists Internet Archive**, s.d.[b]. Disponível em: <www.marxists.org/portugues/lenin/1914/auto/cap01.htm#i1>. Acesso em: 6 ago. 2022.

_____. Report on the party programme (March 19). In: _____. Eighth Congress of the R.C.P.(B.) (March 18-23, 1919). **Marxists Internet Archive**, s.d.[c]. Disponível em: <www.marxists.org/archive/lenin/works/1919/rcp8th/03.htm>. Acesso em: 6 ago. 2022.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**: ensaios escolhidos. Seleção e introdução Michael Lowy. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRANSPADINI, Roberta (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PIRES, Olívia Carolino. Questão nacional, internacionalismo e anti-imperialismo na América Latina. **Revista Estudos do Sul Global**, São Paulo, n. 1, v. 1, p. 93-120, 2020.

_____. **Questão nacional no pensamento crítico da América Latina**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.